

RECEBI O ORIGINAL  
Em: 23/08/2021  
Elizângela Medeiros



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM  
FL. 183  
ASS. mm

## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 488/14-06

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Empório Manauara Comércio de Pescado Ltda-ME**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Av. Constantino Nery, nº 1255, São Geraldo, Manaus-AM

**CNPJ/CPF:** 04.748.820/0001-17

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 04.149.190-4

**FONE:** (92) 99313-6487

**FAX:** (92) 98253-5959

**REGISTRO NO IPAAM:** 1012.3102

**PROCESSO Nº:** 4630/T/13

**ATIVIDADE:** Comercialização de animais silvestres - quelônios.

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Av. Constantino Nery, nº 1255, São Geraldo, Manaus-AM.

**FINALIDADE:** Autorizar a comercialização de quelônios: Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), laçá (*Podocnemis sextuberculata*) e Tracajá (*Podocnemis unifilis*) em 01 tanque de fibra com capacidade de 1.000 (mil) litros.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Pequeno      **PORTE:** Pequeno

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 01 ANO.

### Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM,

23 AGO 2021

Maria do Carmo Neves dos Santos  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente



## RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 488/14-06

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 4630/T/13**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67.
8. É expressamente proibido o beneficiamento e/ou armazenamento de quelônios abaixo dos tamanhos permitidos e de espécies sob proteção especial, conforme legislação pertinente;
9. É expressamente proibida a deposição e o descarte de resíduos de qualquer natureza, em corpos d'água e na Área de Preservação Permanente-APP, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local ambientalmente seguro;
10. A coleta e o transporte dos resíduos de qualquer natureza gerados no empreendimento devem ser efetuados por empresa licenciada neste IPAAM para esta atividade;
11. Quando ocorrer limpeza/manutenção do sistema de tratamento de esgoto sanitário, encaminhar documento comprobatório da realização da mesma e do destino dados dos dejetos.
12. Apresentar laudo analítico a cada 06 meses referente ao monitoramento do Sistema de Tratamento de Efluente Líquido Industrial (entrada e saída), realizado por laboratório licenciado e cadastrado neste IPAAM, os laudos analíticos indicarem no mínimo os seguintes parâmetros para análise: amônia, pH, cor, turbidez, óleos e graxas, sólidos totais, sólidos dissolvidos, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, sólidos fixos, DBO5, DQO, nitratos, nitritos, nitrogênio total, devendo ser encaminhado no mês seguinte a análise a este Instituto. Havendo alterações nos valores estabelecidos na Legislação de quaisquer parâmetros, apresentar relatório com as medidas tomadas para correção;
13. Apresentar no prazo de 60 dias, o cadastramento do poço tubular existente no empreendimento, a contar da data do recebimento desta Licença de Operação.
14. Apresentar, quando da solicitação de renovação da L.O, Cadastro da Atividade atualizado (modelo IPAAM).
15. Realizar no prazo de 90 dias, após a implantação da plataforma nacional de compartilhamento e integração de dados e informações a marcação do plantel de matrizes e dos exemplares que serão comercializados de acordo com a IN 487 CONAMA de 16 de maio de 2018.